

WORKSHOP

PAPEL E ESTRATÉGIAS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA A GESTÃO E RECUPERAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS PELA EXTRAÇÃO DE SAIBRO

O Instituto Geológico-SMA e a Prefeitura de Ubatuba com o apoio da FAPESP (Programa de Políticas Públicas processo 03/07182-5) têm a honra de convidá-lo para participar do II Workshop do projeto “Diretrizes para a regeneração sócio-ambiental de áreas degradadas por mineração de saibro, Ubatuba, SP”

Local: Instituto Florestal, Núcleo Picinguaba, Centro de Visitantes, Rodovia Rio – Santos (BR-101) km 11, Praia da Fazenda, Ubatuba, SP

Data: 30 de setembro (sexta-feira) e 01 de outubro (sábado) de 2005

Histórico

Nas últimas décadas, a extração de saibro, em Ubatuba, deu-se de forma desordenada e sem compromisso com o correto encerramento da lavra e recuperação sócio-ambiental. A partir de 1990, a ação do poder público limitou consideravelmente a lavra ilegal, porém não atingiu sucesso na promoção da recuperação ambiental das áreas degradadas. Aliam-se a isso, a estagnação do setor de extração de saibro, frente às dificuldades financeiras, legais e ambientais e a crescente ocupação urbana em áreas mineradas, o que induz, respectivamente, a extração ilegal para atender a demanda e o surgimento de áreas de risco.

Objetivo

Discutir e apontar o papel e as estratégias do poder público municipal para a gestão da mineração de saibro no município, em três eixos temáticos: 1) Extração mineral e recuperação de áreas degradadas no contexto dos planos diretores municipais e planos regionais do Litoral Norte; 2) Licenciamento mineral e ambiental para extração mineral de saibro; 3) Arranjos institucionais: capacidade técnica e financeira, mecanismos de incentivo econômico

PROGRAMAÇÃO

30 DE SETEMBRO DE 2005, SEXTA-FEIRA

08:00-08:30: Recepção e inscrições

08:30-09:00: Abertura

PAINEL 1: EXTRAÇÃO MINERAL E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO CONTEXTO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E PLANOS REGIONAIS DO LITORAL NORTE

09:00-09:30: Ordenamento ecológico-territorial e o Estatuto das Cidades. Sueli Angelo Furlan – Depto. Geografia-USP

09:30-09:50: A questão da mineração e da recuperação de áreas degradadas no Plano Diretor de Ubatuba. Rafael Irineu – SAU-Ubatuba

09:50-10:10: Discussões

10:10-10:30: Intervalo

PAINEL 2: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E MINERÁRIO

10:30-11:00: Evolução da legislação ambiental e minerária para a extração de saibro e o papel das prefeituras. Hildebrando Herrmann – UNICAMP

11:00-11:30: Estratégias de atuação dos municípios na gestão da extração de saibro – a visão do DNPM. Enzo Nico Jr - DNPM/SP

11:30-11:50: Estratégias da prefeitura para atuação nos procedimentos de licenciamento ambiental e minerário. Paulo Roberto Pires – SEMA-Ubatuba

11:50-12:10: Discussões.

12:10-13:30: Almoço

13:30-16:00: Trabalhos em quatro grupos setoriais: 1) Município; 2) Estado/União; 3) Setor Produtivo (Mineradores e Consultores); 4) Sociedade Civil

16:00-16:30: Intervalo

16:30-18:00: Apresentações dos grupos e debates

01 DE OUTUBRO DE 2005, SÁBADO

08:00-08:30: Recepção

PAINEL 3: ARRANJOS INSTITUCIONAIS: CAPACIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA E MECANISMOS DE INCENTIVO ECONÔMICO

08:30-09:00: Eficiência das instituições e possibilidades de arranjos institucionais. Cléa Oliveira – Fundação Florestal

09:00-09:15: Instrumentos com base em avaliação de performance e conduta (registro de cumprimento de obrigações e práticas adequadas). Paulo Cesar Fernandes da Silva - Instituto Geológico

09:15-09:30: A visão do município: aspectos jurídicos. Denise Martins Silveira – Assessoria de Assuntos Externos – Prefeitura de Ubatuba

09:30-09:50: Discussões

09:50-10:10: Intervalo

10:10-12:00: Trabalhos em quatro grupos multisetoriais

12:00-13:00: Apresentações dos grupos e debates

13:00-14:00: Almoço de encerramento

PÚBLICO ALVO

Órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entidade colegiadas do Litoral Norte, associações de classe, organizações não-governamentais, universidades, mineradores, consultores e outros potenciais interessados (a serem convidados)

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

Enviar solicitação para o endereço eletrônico: cferreira@igeologico.sp.gov.br e/ou cjfcjf@ig.com.br ou para o fax: 11 5077-2219 ou tel. 11 5058-9994 ramal 2046 com os dados: Nome, Instituição, Endereço Completo, Telefone, Fax, Endereço eletrônico (VAGAS LIMITADAS)

AGRADECIMENTOS: Instituto Florestal - Núcleo Picinguaba, PESM

WORKSHOP

PAPEL E ESTRATÉGIAS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA A GESTÃO E RECUPERAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS PELA EXTRAÇÃO DE SAIBRO

O Instituto Geológico-SMA e a Prefeitura de Ubatuba com o apoio da FAPESP (Programa de Políticas Públicas) têm a honra de convidá-lo para participar do II Workshop do projeto *“Diretrizes para a regeneração sócio-ambiental de áreas degradadas por mineração de saibro, Ubatuba, SP”*

Local: Instituto Florestal, Núcleo Picinguaba, Centro de Visitantes, Rodovia Rio – Santos (BR-101) km 11, Praia da Fazenda, Ubatuba, SP

Data: 30 de setembro (sexta-feira) e 01 de outubro (sábado) de 2005

ROTEIRO PARA OS TRABALHOS EM GRUPO

PAINEIS 1 (PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO ECOLÓGICO-TERRITORIAL) e 2 (LICENCIAMENTO AMBIENTAL E MINERÁRIO)

GRUPO 1- MUNICÍPIO

- 1) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias (5-10) para recuperação das áreas mineradas no âmbito do Plano Diretor Municipal.
- 2) Crie um desenho de fluxo de processos para a definição do papel da prefeitura no licenciamento ambiental e minerário das atividades de mineração.

GRUPO 2 – ESTADO/UNIÃO

- 1) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias (5-10) para recuperação das áreas mineradas no âmbito dos Planos Regionais do Litoral Norte.
- 2) Crie um desenho de fluxo de processos para a definição do papel da prefeitura no licenciamento ambiental e minerário das atividades de mineração.

GRUPO 3- SETOR PRODUTIVO (MINERADORES E CONSULTORES)

- 1) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias (5-10) para a mineração de saibro no âmbito do desenvolvimento econômico do município.
- 2) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias (5-10) para a correta finalização da lavra e recuperação das áreas nos empreendimentos de mineração (instrumentos legais, incentivos financeiros e técnicos).

GRUPO 4- SOCIEDADE CIVIL

- 1) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias (5-10) para a participação social no ordenamento ecológico-territorial do município.
- 2) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias (5-10) para recuperação sócio-ambiental das áreas mineradas na visão da sociedade civil organizada.

PAINEL 3- ARRANJOS INSTITUCIONAIS

GRUPOS 1 a 4

- 1) Relacionar e discutir alguns pressupostos e estratégias para o estabelecimento de parcerias (público-privado, público-público, privado-privado) e protocolos para a gestão e recuperação ambiental de áreas degradadas pela mineração de saibro.
- 2) Identificar e avaliar como o registro de cumprimento de obrigações, termos de ajustamento de conduta e outros mecanismos de acordo entre partes podem contribuir para a agilidade do licenciamento minerário e ambiental e estimular a correta exploração e encerramento da lavra.

WORKSHOP

PAPEL E ESTRATÉGIAS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA A GESTÃO E RECUPERAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS PELA EXTRAÇÃO DE SAIBRO

O Instituto Geológico-SMA e a Prefeitura de Ubatuba com o apoio da FAPESP (Programa de Políticas Públicas) têm a honra de convidá-lo para participar do II Workshop do projeto *“Diretrizes para a regeneração sócio-ambiental de áreas degradadas por mineração de saibro, Ubatuba, SP”*

Local: Instituto Florestal, Núcleo Picinguaba, Centro de Visitantes, Rodovia Rio – Santos (BR-101) km 11, Praia da Fazenda, Ubatuba, SP

Data: 30 de setembro (sexta-feira) e 01 de outubro (sábado) de 2005

TEMAS A SEREM TRABALHADOS PARA RESPOSTA AO ROTEIRO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS NO WORKSHOP I – Levantamento de posições dos atores sociais

A. PROBLEMAS COMUNS (APONTADOS POR DIVERSOS ATORES SOCIAIS)

- A1. Fluxo multi-facetado e desarticulado do processo de licenciamento (ambiental e mineral): Diferentes instâncias (federal, estadual, municipal) com atribuições e prazos distintos
- A2. Ausência de plano diretor para a mineração (âmbito regional ou municipal): enquadramento da atividade de mineração de agregados no Zoneamento Ecológico-Econômico (Gerenciamento Costeiro) e Plano de Bacia, e ainda Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (restrição de uso)
- A3. Situação fundiária (regime de posse) das áreas a serem mineradas e/ou recuperadas
- A4. Falta de capacitação (técnica-administrativa) das prefeituras municipais para efetuar o licenciamento

B. PROBLEMAS ESPECÍFICOS (APONTADOS POR PARTE OU ATORES SOCIAIS ESPECÍFICOS)

- B1. Regime de licenciamento para exploração de bens minerais a serem utilizados diretamente na construção civil: necessidade de revisão dos requisitos jurídicos, estabelecimento de formas de comprovação de capacidade técnica e financeira dos potenciais empreendedores
- B2. Regularização dos empreendimentos e repasse eficiente dos recursos do CFEM para formação de fundos para a recuperação ambiental
- B3. Necessidade de atuação conjunta entre o MP e órgãos ambientais
- B4. Papel do CONDEPHAAT: distanciamento dos outros órgãos que atuam no licenciamento mineral e ambiental; revisão/apreciação de protocolos administrativos (com DEPRN) e convênios (com DNPM) que delegam atribuições do CONDEPHAAT a outros órgãos
- B5. Ocupação de áreas de extração de saibro e cantaria abandonadas pela população e situações de risco: planejamento, prevenção e ação reguladora
- B6. Necessidade de criação de grupos de trabalho: representatividade, estruturação de organismos colegiados nos municípios para assessoramento técnico e avaliação integrada
- B7. Necessidade de maior disseminação de informações sobre o processo de licenciamento ambiental aos mineradores/empreendedores

Eixos temáticos

1. Extração mineral e recuperação de áreas degradadas por mineração no contexto do Plano Diretor Municipal

Conceitos/aspectos a serem destacados e trabalhados:

- 1a) Estatuto das Cidades que prevê a implementação de sistemas municipais de planejamento e controle ambiental para captação de recursos junto ao Ministério;
- 1b) Processo de regularização fundiária através de designação de zonas especiais de interesse social

2. Papel/estratégia da Prefeitura Municipal no licenciamento mineral e ambiental para exploração mineral (saibro e rocha ornamental)

Conceitos/aspectos a serem destacados e trabalhados:

- 2a) Re-estruturação/reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- 2b) Resolução CONAMA que autoriza municípios a efetuar o licenciamento ambiental para agregados;
- 2c) Criação, regulamentação e implementação do Serviço Geológico Municipal previsto na Lei Orgânica do Município;
- 2d) Recursos do CFEM: arrecadação e repasse (65%) ao município

3. Arranjos institucionais: requisitos jurídicos, capacidade técnica e financeira, mecanismos de incentivo econômico

Conceitos/aspectos a serem destacados e trabalhados:

- 3a) Mecanismos de incentivo econômico com base em performance e “ajustamento de conduta”;
- 3b) registro de cumprimento de obrigações e melhores práticas;
- 3c) sistema de “ranking” junto aos órgãos reguladores e envolvidos no licenciamento mineral e ambiental, e junto às agências avaliadoras (capacidade técnica e financeira).